



Relatório Anual 2017



PREVBAHIA

Fundação de Previdência Complementar
do Estado da Bahia

Relatório Anual 2017

Fundação de Previdência Complementar
do Estado da Bahia

APRESENTAÇÃO

Pioneira no Norte Nordeste, a Fundação de Previdência Complementar do Estado da Bahia – PrevBahia, instituída pela Lei nº 13.222/15, tem como principal objetivo contribuir para a realização do projeto de vida dos seus Participantes, servindo como instrumento de planejamento financeiro na construção de um futuro seguro e confortável, através da administração de planos de benefícios previdenciários que proporcionem o melhor retorno financeiro com o mínimo de riscos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e o bem estar social.

Estruturada na forma de fundação estatal de direito privado, sem fins lucrativos, a PrevBahia possui autonomia administrativa, financeira e gerencial, além de uma estrutura organizacional composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

A apresentação dos demonstrativos contábeis e atuariais reforça o compromisso da PrevBahia com as boas práticas de governança. Entendemos que compartilhar as ações realizadas e demonstrar o esforço empreendido para enfrentar os desafios do cenário econômico em que estamos inseridos fortalece os laços de confiança da Fundação com os públicos de relacionamento.

O Relatório Anual de Informações oferece ao leitor uma visão do trabalho realizado na Entidade e os resultados obtidos durante o exercício social de 2017 do plano PREVBÁHIA PB CIVIL, mantendo toda estrutura focada para tornar realidade a visão de futuro declarada em nossos documentos e alinhada com os valores com os quais assumimos compromisso público.

Boa leitura.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Em nosso segundo ano de operação, buscamos nos aproximar cada vez mais da razão de existir da PrevBahia: servir aos servidores públicos do Estado da Bahia. Isto só é possível quando conquistamos a confiança e credibilidade de cada um de nossos Participantes e, em 2017 trabalhamos para atingir os melhores resultados possíveis e focamos em aumentar cada vez mais a transparência do negócio.

É a nossa missão e principal desafio mostrar que a previdência complementar pode ser muito mais do que uma forma de aposentadoria, e sim um importante aliado para realizar sonhos, construir e consolidar projetos de vida.

Com mais um ano de funcionamento, o crescimento da Fundação era esperado e, com muito trabalho e dedicação, foi gradativamente sendo executado. Nova sede, aumento do número de colaboradores, participação em palestras e congressos de referência no âmbito das entidades fechadas, tudo isso realizado com o intuito de ampliar a nossa capacidade e qualidade de atendimento perante os servidores.

Acrescentamos também novos e fundamentais marcos em nossa história: superamos o valor de um milhão de patrimônio dos participantes, fomos o primeiro Estado a adotar o instituto da adesão automática e iniciamos estudos e etapas que contribuíram para que a Entidade evoluísse da esfera estadual para a regional. Diante desse crescimento, foi instituído um grupo de trabalho para avaliar a possibilidade de a Fundação atender a todos os Estados e Municípios que desejem instituir o Regime de Previdência Complementar (RPC) de forma célere e segura aos seus servidores públicos.

Portanto, a PrevBahia já é uma Entidade legalmente formatada para receber servidores de outros entes federativos, além de não medir esforços para realizar uma gestão ética e eficiente para os atuais e futuros novos participantes.

Saudações.



Jeremias Xavier de Moura
Diretor Presidente



Romulo de Souza Cravo
Diretor de Seguridade

SUMÁRIO

Apresentação	2
Mensagem da Diretoria	3
Destaques	6
 Capítulo 1	
A PrevBahia	8
Missão, Visão e Valores	8
Estrutura Organizacional	9
Governança	10
 Capítulo 2	
Gestão Estratégica	
Planejamento Estratégico	11
Gestão Previdenciária	
PREVBAHIA PB CIVIL	12
Os Participantes na PrevBahia	13
Gestão de Investimentos	
Política de Investimentos 2017-2021	14
Enquadramento dos Investimentos	15
 Capítulo 3	
Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade	
Demonstrações Contábeis e Atuariais	
Fatos Relevantes	19
Características do Plano PREVBAHIA PB CIVIL	20
Apresentação das Demonstrações Contábeis	21
Balanço Patrimonial Consolidado	21
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado	22
Demonstração das Provisões Técnicas - Plano CD	22
Demonstração do Ativo Líquido - Plano CD	23

SUMÁRIO

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	23
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	24
Notas Explicativas	
Principais Párticas Contábeis	25
Disponível	27
Realizável - Gestão Previdencial	28
Realizável - Gestão Administrativa (PGA)	28
Realizável dos Investimentos (PGA)	29
Permanente	30
Exigível Operacional	30
Patrimônio de Cobertura do Plano	31
Fundos	31
Critério de Rateio das Despesas Administrativas	32
Critério para Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais	33
Hipótese e Métodos Atuariais	35
Estatística Atuarial 2017	35
Capítulo 4	
Pareceres	
Parecer Conselho Fiscal 01/2017	38
Manifestação do Conselho Deliberativo	39
Parecer Atuarial	41
Parecer da Auditoria Independente	55
Anexos	58



DESTAQUES

MARÇO

Aprovação da lei nº 13.718/17, de 16 de março de 2017, que altera a lei nº 13.222/15, implementando a adesão automática à previdência complementar para novos servidores;

ABRIL

Capacitação sobre Previdência Complementar para os profissionais de RH do Estado;



Diretor presidente integra Comissão de Ética nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar;

Sem ressalvas, conselho fiscal emite parecer favorável para aprovação dos demonstrativos contábeis da PrevBahia referentes ao ano de 2016;

MAIO

Primeira reunião do grupo de trabalho do Projeto PrevNordeste;

Elaboração do Plano Estratégico com suporte da Saeb e Rede de Consultores Internos, para definição de objetivos e projetos, bem como de indicadores e metas para o período 2017-2022;

JUNHO

Comemoração do aniversário de 1 ano da PrevBahia com arrecadação de donativos e ação beneficente em prol de lar de idosos;





DESTAQUES

SETEMBRO

Alteração do prazo para escolha do regime de tributação da adesão automática, de acordo com a consulta realizada pela Funpresp-Exe à Receita Federal.

OUTUBRO

Participação no Dia do Servidor a convite da UESC;

Publicação da Portaria Nº 007/17 nomeando a Comissão Eleitoral e dando início as atividades da mesma para regulamentação e acompanhamento do processo eleitoral, cujo objetivo foi definir os representantes dos Participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Entidade;

NOVEMBRO

Projeto de Lei que consolida Previdência Complementar no Nordeste é enviado para a ALBA;

Divulgação do Edital de Convocação de Eleição 2018;

Alcance do primeiro milhão em patrimônio;

DEZEMBRO

PrevBahia é autorizada a administrar planos de previdência complementar de outros estados;

Inauguração da nova sede;

Divulgação da proposta de alteração do Estatuto Social em cumprimento à Resolução CNPC nº 06, de 15 de agosto de 2011;

CAPÍTULO 1



A PrevBahia

A Fundação de Previdência Complementar do Estado da Bahia (PrevBahia) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, patrocinada pelo Estado da Bahia.

Estruturada na forma de fundação pública de direito privado, a PrevBahia conta com autonomia administrativa, financeira e gerencial nos termos da Lei nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015.

A Entidade tem como finalidade operar planos de benefícios de caráter previdenciário que ajudem a proporcionar aos participantes o melhor retorno financeiro dos investimentos com o mínimo risco. A Fundação também busca promover a educação previdenciária e divulgar a importância do planejamento para a fase de aposentadoria.

A PrevBahia é regida por um Estatuto Social aprovado pelo decreto nº 16.453/2015 e administrada conjuntamente pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva da Entidade, sendo fiscalizada pelo Conselho Fiscal, pela Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os Participantes também fazem parte dessa administração, pois têm direito à representatividade democrática nos Conselhos, através da eleição de representantes na Governança da Entidade.

Missão



Contribuir para a realização do projeto de vida dos nossos Participantes, servindo como instrumento de planejamento financeiro na construção de um futuro confortável.

Visão



Tornar-se uma instituição de previdência complementar de excelência, reconhecida pelos Participantes e Patrocinadores, atingindo um patamar de dez mil adesões até 2022.

Valores

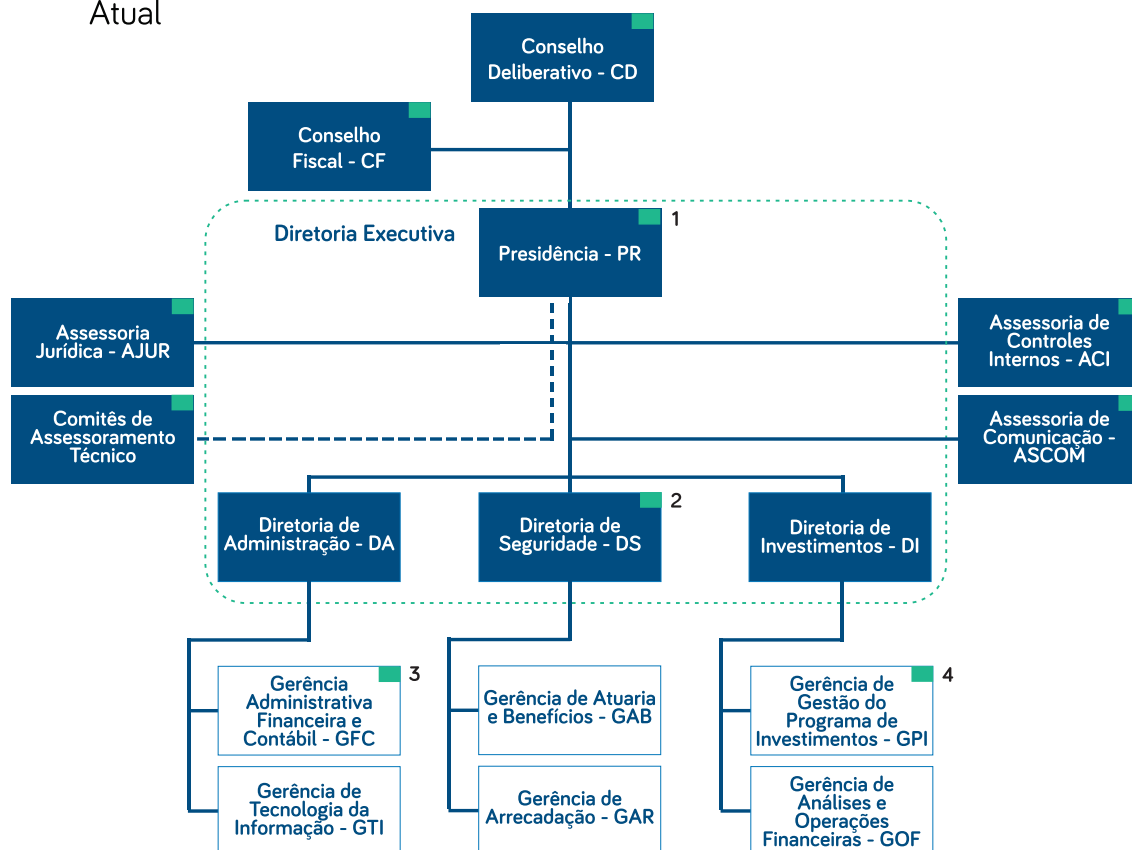


Fidúcia, Transparência, Ética, Responsabilidade, Respeito, Participação e Eficiência



Estrutura Organizacional

Atual



Legenda

- - - - - Colegiado

■ Estruturas em funcionamento

- 1 O Diretor-Presidente acumula, provisoriamente, as funções do Diretor de Investimentos.
- 2 O Diretor de Seguridade acumula, provisoriamente, as funções do Diretor de Administração.
- 3 A Gerência Administrativa, Financeira e Contábil acumulará, provisoriamente, as funções da Gerência de Atuaria e Benefícios e da Gerência de Arrecadação.
- 4 A Gerência de Gestão do Programa de Investimentos acumulará, provisoriamente, as funções da Gerência de Análise e Operações Financeiras e da Gerência de Tecnologia da Informação.



Governança

Em 2017, a governança da Entidade manteve a mesma estrutura de 2016, uma vez que os mandatos dos Conselhos transitórios – formados em março de 2016 – ainda estavam em vigor. Foi dado início, no mês de outubro, ao processo eleitoral para a escolha dos novos Conselheiros Deliberativos e Fiscais que representarão os Participantes na governança da Entidade até 2022.

Órgão máximo da estrutura organizacional da Fundação, o Conselho Deliberativo é o responsável pela definição da política geral de administração da Entidade e do plano PREVBAHIA PB CIVIL. Composto por seis membros titulares e seis suplentes, o Conselho conta com 50% dos membros titulares e suplentes designados pelo Governador do Estado, representando os Patrocinadores, e 50% dos membros titulares e suplentes eleitos diretamente pelos Participantes e Assistidos.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno da PrevBahia, responsável pela fiscalização da gestão administrativa e econômico financeira. Composto por quatro membros titulares e quatro suplentes, ele também possui 50% dos membros titulares e suplentes designados pelo Governador do Estado e os outros 50% eleitos diretamente pelos Participantes e Assistidos.

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral da Fundação, ao qual compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão, nos termos do Estatuto Social da Entidade. Atualmente, são membros do colegiado o Diretor Presidente, Jeremias Xavier de Moura, que também acumula a função de Diretor de Investimentos, e Romulo Cravo, Diretor de Segurança, que acumula a função de Diretor de Administração.

Números da Governança em 2017

Reuniões CF: 13 encontros, sendo 6 extraordinários | Reuniões CD: 15 encontros, sendo 5 extraordinários

22 resoluções do CD, dentre as quais se destacam:

- Aprovação dos indicadores qualitativos, quantitativos e metas do PGA;
- Aprovação do Parecer Atuarial, contendo o Plano de Custeio para 2017, relativo ao Plano PREVBAHIA PB CIVIL;
- Deliberação sobre procedimentos a serem adotados nos casos de cancelamento de adesão automática, aprovação das premissas para a revisão do Plano de Custeio do PREVBAHIA PB CIVIL e revogação da Resolução 06/2017, que aprova critérios para devolução das contribuições do Patrocinador e do Participante;
- Aprovação do Regulamento do Fundo Fixo;
- Deliberação sobre a criação e nomeação dos membros dos Comitês de Assessoramento Técnico;
- Aprovação do Protocolo de Compromisso celebrado entre o Estado da Bahia e a PrevBahia para formalizar os critérios relacionados às despesas administrativas do Projeto PrevNordeste;
- Aprovação da contratação de empresa especializada para prestação de serviços atuariais relativos aos planos de benefícios previdenciários dos Estados Nordestinos aderentes ao Projeto PrevNordeste;
- Aprovação do Regimento Interno do Comitê de Investimentos;
- Aprovação do Regulamento Eleitoral;
- Aprovação do Regulamento Padrão dos Planos de Benefícios;
- Aprovação da Política de Investimentos 2018-2022;
- Aprovação da alteração do Estatuto Social da PrevBahia;



Planejamento Estratégico

Considerando o objetivo da PrevBahia em efetivar o Regime de Previdência Complementar (RPC) no âmbito do serviço público no Estado da Bahia, conforme instituído pela Lei nº 13.222/2015, realizar o Planejamento Estratégico se tornou um passo essencial para o sucesso da Entidade, com o intuito de posicionar a Fundação para enfrentar os desafios que o cenário de Previdência Social impõe e definir metas objetivas para os próximos cinco anos de funcionamento.

A elaboração dos produtos da disseminação da Tecnologia de Gestão de Planejamento Estratégico com Balanced Scorecard (PEBSC) foi capitaneada pela Coordenação de Disseminação de Soluções em Gestão da Superintendência da Gestão e Inovação da Saeb (SGI/CDSG), utilizando a Rede de Consultores Internos do Estado.

O processo de elaboração do Plano Estratégico da PrevBahia teve a duração de aproximadamente 4 (quatro) meses e contou com a participação ativa da equipe técnica da Fundação nas oficinas de trabalho. Dividida em três fases distintas, a disseminação realizada pela Saeb/RCI teve início em 12 de dezembro de 2016, onde foi apresentada à alta direção da Fundação a metodologia de trabalho, sendo em seguida firmado o Termo de Compromisso para Melhoria da Gestão e dado início ao projeto.

Mapa estratégico da PrevBahia

O Mapa Estratégico da PrevBahia busca apresentar as principais estratégias para a visão, nas dimensões cliente, financeiro, processos internos e aprendizado e crescimento, conforme ilustrado abaixo:





Plano e Participantes

PREVBAHIA PB CIVIL em 2017

Estruturado na modalidade de contribuição definida, onde o Participante escolhe o percentual de sua contribuição, o plano de benefícios PREVBAHIA PB CIVIL facilita a acumulação de patrimônio individual. Esse patrimônio é formado pelas contribuições dos Participantes (o servidor público) e pelas contribuições do Patrocinador (o Estado da Bahia) - caso o servidor tenha tomado posse após 29 de julho de 2016 e possua remuneração bruta acima do teto do INSS - acrescido da rentabilidade obtida pelos investimentos realizados durante a gestão dos recursos.

O ano de 2017 foi repleto de desafios e ao mesmo tempo de oportunidades de crescimento para a Fundação. Em 17 de março, com a aprovação da Lei nº 13.718/2017, a adesão ao Plano PREVBAHIA PB CIVIL passou a ser automática para os novos servidores públicos admitidos após essa data - marco importante para a consolidação da Entidade.

Outro fato relevante ocorrido foi a aprovação da Lei nº 13.815 em 21 de dezembro. Além de ampliar o escopo de atuação da Entidade para os demais entes da Federação, mediante prévia autorização do Conselho Deliberativo da PrevBahia e desde que sejam firmados convênios de adesão, esta Lei também permitiu, a partir de livre, prévia e expressa opção, a adesão de servidores ocupantes de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração como participante sem patrocínio.

Cumprindo fielmente os ditames regulatórios, a PrevBahia tem operado com uma estrutura suficiente para administrar seu plano de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis com a sua missão de administrar com excelência os recursos dos seus Participantes.

Os servidores públicos civis que tomaram posse antes da data de aprovação do plano podem aderir em duas modalidades: migrando para o Regime de Previdência Complementar (RPC), a fim de ter direito à contrapartida do Estado, ou aderindo sem migração e, portanto, sem contrapartida. Outra forma de adesão oferecida aos servidores é voltada para quem ganha abaixo do teto do INSS. Nessa modalidade, o servidor tem direito a todos os benefícios oferecidos aos Participantes do plano, com exceção da contrapartida do Estado.



Gestão Previdenciária

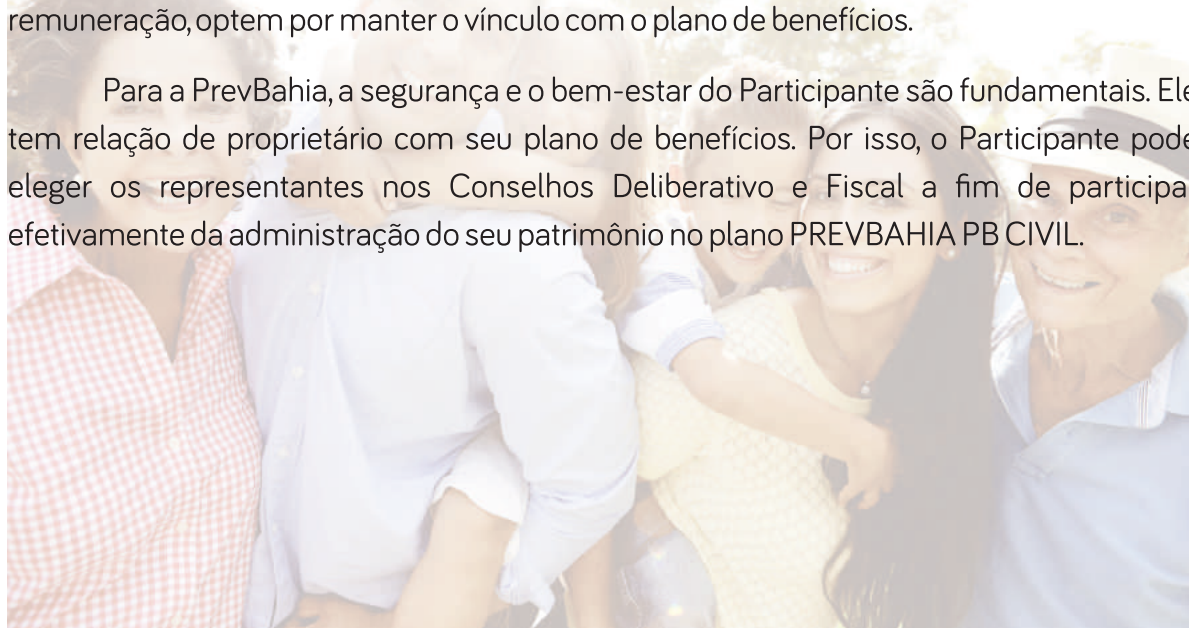
Em todos os perfis de adesão, os Participantes podem usufruir do benefício fiscal de duas maneiras: fazendo um planejamento de contribuição mensal, no qual estarão direcionando até 12% de toda a renda tributável que recebem durante o ano para a sua previdência complementar, ou realizando aportes facultativos (até o último dia útil do mês de dezembro) para que atinjam esse percentual de 12%, a fim de obter na íntegra esse abatimento na base de cálculo do Imposto de Renda.

Os servidores públicos também contam com uma cobertura de risco após efetivar sua adesão ao plano de benefícios. Durante o período de contribuição, o servidor fica assegurado em casos de morte ou invalidez total e permanente. Se algum imprevisto ocasionar uma dessas situações, a seguradora licitada (Icatu Seguros) calcula quantas contribuições o servidor faria até se aposentar. Este valor é somado à poupança previdenciária do Participante na PrevBahia, corrigido para valores atuais e disponibilizado para o servidor ou seus beneficiários em parcelas mensais junto ao benefício complementar.

Os Participantes na PrevBahia

Os Participantes são todos os servidores públicos que venham a aderir ao plano de benefícios administrado pela Fundação. São também considerados Participantes todos aqueles que, mesmo se desligando do Patrocinador, ou sofrendo alguma perda parcial na remuneração, optem por manter o vínculo com o plano de benefícios.

Para a PrevBahia, a segurança e o bem-estar do Participante são fundamentais. Ele tem relação de proprietário com seu plano de benefícios. Por isso, o Participante pode eleger os representantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal a fim de participar efetivamente da administração do seu patrimônio no plano PREVBAHIA PB CIVIL.





Política de Investimentos 2017 - 2021

A Política de Investimentos do plano PREVBAHIA PB CIVIL foi revisada e posteriormente aprovada em 04 de dezembro de 2017, na 25ª Sessão Ordinária do Conselho Deliberativo. Elaborada com foco em um horizonte temporal de cinco anos - podendo ser atualizada anualmente -, a Política de Investimentos vigente tem como objetivo determinar e descrever tanto as diretrizes gerais para a gestão de investimentos quanto disciplinar os métodos e ações dos procedimentos correspondentes ao processo decisório e operacional de gestão dos ativos da PrevBahia.

Considerando ser o principal objetivo da PrevBahia prover benefícios futuros aos seus Participantes e Assistidos, na medida da contribuição individual, as práticas de investimento da Entidade estão pautadas na busca e manutenção de ativos líquidos e rentáveis necessários para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazos. Para alcançar esse equilíbrio, a PrevBahia confia em uma estratégia de investimento fundamentada em um modelo apropriado de diversificação de ativos, através de uma alocação prudente que venha a maximizar a probabilidade de atingimento dos objetivos.

A Política de Investimentos vigente se submete às diretrizes legais e regulatórias das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e aos instrumentos normativos específicos da Fundação. Os objetivos destes investimentos são: produzir uma rentabilidade que seja igual ou superior ao índice de referência do Plano, definido pela variação do CDI, para o segmento de renda fixa, IBRx-100 para renda variável e variação do IPCA acrescido de 5% ao ano para os demais segmentos, quando couber, gerando uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Entidade.

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos do plano PREVBAHIA PB CIVIL buscam alcançar, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do plano.



Gestão de Investimentos

A tabela a seguir apresenta os limites e os índices de referência ou benchmarks que serão respeitados pela Entidade durante a vigência desta Política de Investimentos.

SEGMENTO	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	LIMITE LEGAL	LIMITES		
			INFERIOR	OBJETIVO	SUPERIOR
Renda Fixa	CDI	100%	60%	100%	100%
Renda Variável	IBrx-100*	70%	0%	0%	10%
Investimentos Estruturados	IPCA + 5% ao ano *	20%	0%	0%	10%
Investimentos no Exterior	IPCA + 5% ao ano *	10%	0%	0%	0%
Imóveis	IPCA + 5% ao ano *	8%	0%	0%	0%
Operações com Participantes	CDI	15%	0%	0%	0%

* Outros benchmarks poderão ser utilizados pela Entidade nestes segmentos de aplicação, dependendo das características de cada um dos investimentos

Enquadramento dos Investimentos

1. Limites

Na aplicação dos recursos, o plano observa os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 3.792, alterada pela Resolução Bacen 4.275 de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução 4.449 de 20 de novembro de 2015, conforme tabelas abaixo.

1.1 Concentração de recursos por modalidade de investimentos

MODALIDADE DE INVESTIMENTOS	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Renda Fixa	100%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	100%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal	100%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	80%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	20%
Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE)	20%	20%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDIC) e de fundo de cotas de FIDICs	20%	20%
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	20%	20%
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	20%	20%
Títulos de Agronegócio (CPR; CDCA; CRA e Warrant Agropecuário)	20%	20%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras	20%	20%



Gestão de Investimentos

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Renda Variável	70%	10%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa	70%	10%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&F Bovespa	60%	8%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&F Bovespa	50%	5%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&F Bovespa	45%	3%
Ações sem classificação de governança corporativa + cotas de fundos de índices de ações (ETFs)	35%	0%
Títulos e valores mobiliários de emissão de SPEs, exceto debêntures de infraestrutura	20%	0%
Debêntures com part. nos lucros + Cert. Potencial Adicional de Construção + Crédito de Carbono + Ouro	3%	0%
Investimentos Estruturados	20%	10%
Fundos de Participação	20%	0%
Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes	20%	0%
Fundos de Investimento Imobiliário	10%	0%
Fundos Multimercados Estruturados cujos regulamentos observem a legislação estabelecida pela CVM	10%	10%
Investimentos no exterior	10%	0%
Imóveis	8%	0%
Operações com Participantes	15%	0%

1.2 Alocação por Emissor

ALOCÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida mobiliária federal interna	20%	20%
Debêntures de Infraestrutura	15%	0%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%	0%
Companhias abertas com registro na CVM	10%	0%
Organismo Multilateral	10%	0%
Companhias Securitizadas	10%	0%
Patrocinador do Plano de Benefícios	10%	0%
FIDC/FICFIDC	10%	0%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10%	10%
Sociedade de Propósito Específico - SPE	10%	0%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	10%	10%
FI/FICFI Classificados como Dívida Externa no Segmento de Investimentos no Exterior	10%	0%
Fundos de Índice de Renda Fixa	10%	10%
Demais Emissores	5%	0%



Gestão de Investimentos

1.3 Concentração por Emissor

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% do Capital Total de uma mesma Companhia Aberta ou de uma mesma SPE	25%	0%
% do Capital Volante de uma mesma Companhia Aberta	25%	0%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Companhia Aberta	25%	1%
% do PL de Fundo de Índice classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25%	1%
% do PL de FI constituído no Brasil com ativos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25%	0%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25%	0%
% do PL de FI ou FICFI classificado como Dívida Externa no Segmento Investimentos no Exterior	25%	0%
% do PL de Fundo de Índice de Renda Fixa	25%	25%
% do Patrimônio Separado de Certificado de Recebíveis com Regime Fiduciário	25%	0%

*O limite passa a ser de 30% para SPE constituída exclusivamente para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizatória, conforme redação expressa na Resolução Bacen 4.275 de 31 de outubro de 2013.

1.4 Concentração por Investimento

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários	25%	25%
% de uma mesma classe ou série de cotas FIDC	25%	0%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	0%

* Exceto ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações, certificados de recebíveis emitidos com adoção de regime fiduciário e debêntures de infraestrutura

1.5 Estrutura de Tomada de Decisão

As decisões táticas sobre a alocação dos recursos que não estão sob a responsabilidade dos gestores terceirizados cabem ao Conselho Deliberativo, que poderá contratar prestadores de serviços, como consultorias externas, para assessorá-lo. Para os recursos com gestão discricionária, a tomada de decisão tática sobre a alocação dos recursos ficará sob a responsabilidade do gestor terceirizado. Para avaliação de investimentos, específicos ou não, que envolva volume de recursos considerável, ou estruturas mais complexas, a Entidade, se julgar necessário, poderá contratar análises de consultores externos ou de agências de classificação de risco.



Gestão de Investimentos

1.6 Análise Prévia do Riscos dos Investimentos

Seguindo o disposto no artigo 30 da Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, a aquisição de títulos e valores mobiliários classificados no segmento de Renda Fixa deve ser precedida de análise de riscos. Ressalta-se ainda que as aplicações em carteiras administradas, fundos condominiais e em cotas de fundos condominiais estão sujeitas aos seus regulamentos e mandatos específicos.

Sobre 2017

Com um patrimônio de cerca de R\$ 2 milhões, tendo sido o primeiro atingido em novembro, a PrevBahia superou o seu objetivo de rentabilidade (IPCA +4,5%) no ano de 2017. Os rendimentos da fundação alcançaram 8,32% a.a., ultrapassando em 9,73% sua meta. O desempenho do fundo também superou o CDI (109,73% no acumulado do ano).

Abaixo, segue tabela com a rentabilidade e o índice de referência do plano mês a mês.

Mês/Ano	Plano PrevBahia PB Civil				
	Rentabilidade PB Civil (cota %)	Índice de referência (IPCA+4,5% a.a.)	Rentabilidade acumulada (cota%)	Índice de referência acumulado (IPCA+4,5% a.a.)	% Índice de referência acumulado
Jan/2017	0,42%	0,75%	0,42%	0,75%	56,08%
Fev/2017	0,42%	0,70%	0,84%	1,45%	57,94%
Mar/2017	0,94%	0,62%	1,79%	2,08%	86,03%
Abr/2017	0,76%	0,51%	2,56%	2,60%	98,64%
Mai/2017	0,65%	0,68%	3,23%	3,30%	98,03%
Jun/2017	1,41%	0,14%	4,69%	3,44%	136,36%
Jul/2017	0,70%	0,61%	5,42%	4,07%	133,28%
Ago/2017	0,67%	0,56%	6,12%	4,65%	131,82%
Set/2017	0,55%	0,53%	6,71%	5,20%	129,05%
Out/2017	0,53%	0,79%	7,27%	6,03%	120,66%
Nov/2017	0,49%	0,65%	7,80%	6,72%	116,14%
Dez/2017	0,48%	0,81%	8,32%	7,58%	109,73%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E ATUARIAIS

EXERCÍCIO 2017

Fatos Relevantes

A Lei 13.222/2015, em seu artigo 32, dispõe que fica o Estado da Bahia autorizado, em caráter excepcional, no ato de criação da PREVBAHIA, a promover o aporte de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a título de adiantamento de contribuição, para cobertura de despesas e/ou de benefícios de risco.

Com base no orçamento de custeio para 2017, aprovado pelo Conselho Deliberativo no valor de R\$ 3.484.606,25 (três milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos), foi efetuado pelo patrocinador o aporte no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a título de adiantamento de contribuições. Do total orçado, foi realizado no ano R\$ 2.072.671,00 (dois milhões setenta e dois mil seiscentos e setenta e um mil reais).

Conforme previsto na Lei 13. 815/17 a PrevBahia está autorizada a administrar planos de benefícios de outros entes federativos, alteração oriunda da perspectiva da implantação do sistema de previdência complementar nos Estados do Nordeste com planos administrados pela PrevBahia, dando origem ao projeto PrevNordeste e a fim de viabilizar esse projeto, o Conselho Deliberativo aprovou a utilização de parte das contribuições antecipadas pelo Patrocinador Estado da Bahia para suprir as despesas iniciais do projeto, a título de adiantamento de despesa para compensação com os futuros aportes aos planos a serem administrados.

Foi realizada em dezembro de 2016, licitação para contratação do fornecimento de licenças de uso de sistema de gestão previdenciária, na modalidade de pregão eletrônico, resultando no contrato nº 001/2017 com a empresa Atena Tecnologia Ltda. Durante o ano de 2017 o sistema de gestão previdenciária foi parcialmente implantado, com previsão de conclusão do módulo de seguridade no primeiro trimestre de 2018.



Características do PREVBAHIA PB CIVIL

O Plano de Benefícios denominado PREVBAHIA PB CIVIL – CNPB 2016.0008-56, com característica de Contribuição Definida, foi instituído para os servidores titulares de cargos efetivos ou de cargos vitalícios do estado da Bahia, admitidos no serviço público a partir de 29 de julho de 2016. No Regulamento do plano estão previstas as contribuições realizadas pelo Patrocinador e pelos Participantes, bem como os rendimentos resultantes das aplicações desses recursos e eventuais excedentes em investimentos - esses valores formam a Reserva Matemática dos Participantes e será a fonte de recursos para pagamento dos benefícios deles na aposentadoria, conforme as normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

Os benefícios que integram o plano são: Benefício de Aposentadoria Programada, Benefício de Aposentadoria por Invalidez, Benefício de Pensão por Morte, e o Benefício de Longevidade do Assistido. Para a cobertura dos benefícios de risco previstos no plano, a Fundação mantém contrato com a seguradora ICATU SEGUROS, oriundo de processo licitatório na modalidade de carta convite, conforme previsto na Lei Estadual 9.433/2005 e o Regulamento do Plano de Benefícios.

A PrevBahia tem como Patrocinador o Estado da Bahia, por meio dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Contas dos Municípios, do Ministério Público e da Defensoria Pública, de suas Autarquias e Fundações Estatais de Direito Público.

Em dezembro de 2016 foram efetivadas as primeiras adesões de Participantes ativos ao plano de benefícios PREVBAHIA PB CIVIL. Em dezembro de 2017, a Fundação possuía um total de 180 Participantes conforme tabela a seguir:

Participantes	Quantidade
Normal	152
Optante	10
Anterior	13
Facultativo	5
Autopatrocinados	0
Optantes em BPD	0
Assistidos	0
Total	180



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (NBCT TE 11) e as práticas contábeis brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação de Demonstração de Fluxo de Caixa.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante com o item 63 da NBCT TG 26 (NBC T 19.27).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em gestão previdência, gestão administrativa, fluxo de Investimentos e gestão assistencial, segundo a natureza e a finalidade das transações.

Conforme a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado – Evidencia, quantitativa e qualitativamente, de forma resumida, a posição patrimonial e financeira da Entidade em uma determinada data;

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Levantados em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em R\$ mil)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
DISPONÍVEL	3	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.613	2.107
			Gestão administrativa	1.613	2.107
REALIZÁVEL	3.096	2.127	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.604	52
Gestão Previdencial	4	21	Patrimônio de Cobertura de Plano	1.486	20
Gestão Administrativa	372	1.076	Provisões Matemáticas	1.486	20
Investimentos	2.720	1.030	Benefícios a Conceder	1.486	20
Fundos de Investimento	2.720	1.030			
PERMANENTE	118	31	Fundos	118	32
Imobilizado	118	31	Fundos Previdenciais	-	1
			Fundos Administrativos	118	31
TOTAL DO ATIVO	3.217	2.159	TOTAL DO PASSIVO	3.217	2.159



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

- Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – Mostra a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no patrimônio social do conjunto de planos de benefícios administrados pela Entidade;

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO

Levantados em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em R\$ mil)

	DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
	A) Patrimônio Social - Início do exercício	52	–	5200%
	1. Adições	3.776	1.105	242%
(+)	Contribuições Previdenciais	1.544	21	7252%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	35	–	3500%
(+)	Receitas Administrativas	2.080	1.056	97%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	117	28	318%
	2. Destinações	(2.224)	(1.053)	111%
(-)	Benefícios	(114)	–	-11400%
(-)	Despesas Administrativas	(2.110)	(1.053)	100%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	1.552	52	2885%
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.465	20	7225%
(+/-)	Fundos Previdenciais	–	1	-100%
(+/-)	Fundos Administrativos	87	31	181%
	B) Patrimônio Social - Final do exercício (A+3)	1.604	52	2985%

- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) – apresenta as provisões técnicas, que é a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade;

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Levantados em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3)	1.546	21	7262%
1. Provisões matemáticas	1.486	20	7330%
1.2 Benefícios a conceder	1.486	20	7330%
Contribuição definida	1.486	20	7330%
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	603	8	7438%
Saldo de contas - Parcela Participantes	883	12	7258%
2. Fundos	–	1	-100%
2.1 Fundos Previdenciais	–	1	-100%
3. Exigível Operacional	60	–	6000%
3.1 Gestão Previdencial	60	–	6000%



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL) – evidencia os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios;

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Levantados em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	1.664	52	3100%
Recebível	123	52	137%
Investimentos	1.541	—	154100%
Fundos de Investimento	1.541	—	154100%
2. Obrigações	60	—	6000%
Operacional	60	—	6000%
3. Fundos não Previdenciais	118	31	281%
Fundos Administrativos	118	31	281%
5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3)	1.486	21	6976%
Provisões matemáticas	1.486	21	6976%

- Demonstração da Mutação do Ativo L  ido por Plano de Benefícios (DMAL) – evidencia as modificações sofridas pelo ativo l  ido dos planos de benefícios no exercício;

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO L  IDO

Levantados em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em R\$ mil)

	DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
	A) Ativo L��ido - In��cio do exercício	21	—	2100%
	1. Adições	1.673	21	7867%
(+)	Contribuições Previdenciais	1.638	21	7700%
(+)	Resultado Positivo L��ido dos Investimentos - Gestão Previdencial	35	—	3500%
	2. Destinações	(208)	(1.053)	-80%
(-)	Benefícios	(114)	—	-11400%
(-)	Custeio Administrativo	(94)	(1.053)	-91%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo L��ido (1+2)	1.465	21	6876%
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.465	20	7225%
(+/-)	Fundos Previdenciais	—	1	-100%
	B) Ativo L��ido - Final do exercício (A + 3)	1.486	21	6976%
	C) Fundos não Previdenciais	118	31	281%
(+/-)	Fundos Administrativos	118	31	281%



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

- Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Demonstra a atividade administrativa da Entidade, evidenciando a alteração do fundo administrativo;

DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Levantados em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	31	–	100%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.197	1.084	103%
1.1 Receitas	2.197	1.084	103%
Custeio Administrativo Gestão Previdencial	94	–	9400%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	117	28	318%
Outras Receitas	1.986	1.056	88%
2. Despesas Administrativas	2.110	1.053	100%
2.1 Administração Previdencial	1.662	1.053	58%
Pessoal e encargos	1.037	769	35%
Treinamentos/congressos e seminários	61	134	-54%
Viagens e estadias	33	14	136%
Serviços de terceiros	176	36	389%
Despesas gerais	173	49	253%
Depreciações e amortizações	8	1	700%
Tributos	–	50	-5000%
Outras despesas	174	–	17400%
2.2 Administração dos Investimentos	448	–	44800%
Pessoal e encargos	273	–	27300%
Treinamentos/congressos e seminários	20	–	2000%
Viagens e estadias	9	–	900%
Serviços de terceiros	42	–	4200%
Despesas gerais	60	–	6000%
Depreciações e amortizações	2	–	200%
Outras despesas	42	–	4200%
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2)	87	31	181%
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	87	31	181%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 4)	118	31	281%



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação estão resumidas a seguir:

a) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência dos exercícios. As contribuições dos Autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme previsto no regulamento do plano de benefícios.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidas por atuários contratados pela Fundação e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes e seus beneficiários.

Para o plano de contribuição definida, as reservas matemáticas são constituídas pelo somatório das reservas individuais dos Participantes.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis são baseadas em fatores objetivos, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito são informadas pelos advogados.

d) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011, Instrução SOC 34, de 24 de setembro de 2009 e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

As fontes de custeio da gestão administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

Conforme previsto na Lei 13.222/2015, em 2017 e 2016 as despesas administrativas da Fundação foram custeadas pelo aporte do Patrocinador a título de adiantamento de contribuições.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é registrado no balancete do plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores e participantes do Plano. O critério para determinação do saldo do fundo administrativo está descrito na Nota Explicativa nº 11, item - b.

e) Realizável

Gestão Previdencial – O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, representado pelos valores a receber e pelos direitos relativos às contribuições de Patrocinadores e Participantes, observando-se o plano de custeio. As contribuições são reconhecidas pelo regime de competência, exceto os registros relativos às contribuições dos Autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição definida que são efetuados com base no regime de caixa;

Gestão Administrativa – O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa;

Investimentos – Em cumprimento à Resolução do CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e da Resolução CGPS nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias:

- ▶ **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidas nas mutações do ativo líquido.
- ▶ **Títulos mantidos até o vencimento** – Títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 meses da data da aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os títulos e valores mobiliários administrados da PrevBahia estão compostos por cotas de fundos de investimentos de renda fixa e estão registrados ao valor de cota na data do Balanço, calculada e informada pelo banco custodiante – Banco do Brasil.



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

f) Permanente

Imobilizado

Os itens que compõem o Imobilizado são depreciados pelo método linear de acordo com a vida útil do bem, estimada na data da aquisição e seu valor residual após a aplicação dos percentuais de depreciação, conforme a NBC TG 27 de 21 de novembro de 2014 com as seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Alíquota anual
Móveis Utensílios	10%
Equipamentos de Informática e Máquinas e Equipamentos	20%

g) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos correspondentes e variações incorridas, estando representados por compromissos a pagar assumidos pela Fundação.

h) Exigível Contingencial

As contingências são registradas de acordo com as determinações contidas no NBC TG nº 25 (R1) de 21 de novembro de 2014, emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábil. As contingências ativas e passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, em conjunto com as assessorias jurídicas. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e se possa mensurar com razoável segurança. Em dezembro de 2017 a PrevBahia não possuía contingências.

2. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em Caixa e Bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional. (Valores expressos em R\$ mil):

	2017	2016
Caixa	<u>3</u>	1
Total disponível	<u>3</u>	1



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

3. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber dos Patrocinadores e dos Participantes relativos às contribuições mensais.

a) Contribuições do mês – Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais e facultativas mensais devidas pelos Patrocinadores e Participantes.

b) Outros Realizáveis – Registram os demais direitos à Gestão Previdencial.

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está composta conforme discriminado a seguir: (Valores expressos em R\$ mil):

Contribuições normais do mês	2017	2016
Patrocinadores e Participantes	4	21

4. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

a) Contribuições para custeio – Referem-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo, devidos pelos Patrocinadores e Participantes, previstos na avaliação atuarial.

Foi definido no plano de custeio para 2017 a taxa de carregamento de 7% (sete por cento), incidente sobre o valor da contribuição normal mensal, parte participante e patrocinador e o repasse de adiantamento de contribuições do patrocinador, conforme previsto na Lei. 13.222/2015. Em 2017 repassado pelo Patrocinador Estado da Bahia, a título de adiantamento de contribuição o valor de R\$ 2.000.000,00. Em 2016, em caráter excepcional, a contribuição para custeio não foi definida em avaliação atuarial, tendo sido realizada através de parte da dotação inicial, o valor de R\$ 2.000.000,00, perfazendo um total de repasse 2017/2016 de R\$ 4.000.000,00 do total de R\$ 20.000.000,00 previsto na Lei 13.222/2015. Os valores totais recebidos a título de dotação inicial foram registrados nesse grupo de contas e transferidos mensalmente o valor necessário para custear as despesas administrativas, de acordo com sua realização mensal.



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

b) Outros Realizáveis – Registram os demais direitos relativos à Gestão Administrativa.

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte (Valores expressos em R\$ mil):

Contas a Receber	2017	2016
Contribuições para custeio		
Patrocinador	9	–
Participante	24	–
Responsabilidade de Empregados	23	–
Responsabilidade de Terceiros	–	12
Outros Recursos a Receber	316	1.064
Total:	372	1.076

Observação: A data de repasse das contribuições pelo Patrocinador, prevista na Lei 13.222/2015 é até o 2º dia do mês subsequente.

5. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS (PGA)

A composição dos investimentos 31 de dezembro de 2017, refere-se aos recursos do plano de previdência PrevBahia PB Civil e a da gestão administrativa – PGA. O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentado a seguir (valores expressos em R\$ mil):

Fundos de investimento	2017	2016
Renda Fixa	2.720	1.030

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações posteriores, a Fundação classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria Títulos para Negociação, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas mutações do ativo líquido.



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

Composição por Prazo de Validade em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em R\$ mil):

Descrição	2017			2016		
	Vencimento	Valor de custo	Valor de mercado	Vencimento	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos para negociação						
Títulos para negociação						
BB Previdenciário Renda Fixa						
Fluxo de Investimentos em cotas de Fundos de Investimentos	Sem vencimento	–	–	Sem vencimento	1.030	1.030
BB Previd RF Fluxo - CNPJBB PREVID RF FLUXO						
Fluxo de Investimentos em cotas de Fundos de Investimentos	Sem vencimento	96	96	–	–	–
BB Previd RF Perfil - CNPJBB PREVID RF PERFIL						
Fluxo de Investimentos em cotas de Fundos de Investimentos	Sem vencimento	1.249	1.249	–	–	–
BB Previd RF IRF-M1 - CNPJBB PREVID RF IRF-M1						
Fluxo de Investimentos em cotas de Fundos de Investimentos	Sem vencimento	1.249	1.249	–	–	–
		2.720	2.720		1.030	1.030

6. PERMANENTE

O ativo permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa e está classificado em Imobilizado, conforme composição demonstrada abaixo (Valores expressos em R\$ mil):

	2017	2016
Móveis e Utensílios	58	–
Máquinas e Equipamentos	14	2
Computadores e Periféricos	46	29
Total:	118	31

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são assim demonstrados (Valores expressos em R\$ mil):

	2017	2016
Contas a pagar		
Pessoal e encargos	125	75
Fornecedores	15	–
Credores diversos	–	2.002
Tributos a recolher	15	–
Retenções a recolher	17	24
Receitas antecipadas	1.379	–
Outras exigibilidades	2	–
	1.613	2.107
Gestão previdencial	60	–
Outras exigibilidades	60	–
Gestão administrativa	1.553	2.107



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

a) Receitas antecipadas – Trata-se de adiantamento para custear as despesas administrativas da Fundação, conforme previsto no artigo 32 da Lei 13.222/2015, para amortização a partir do exercício em que a PrevBahia atingir o ponto de equilíbrio relativo à operação do plano de benefícios. Em 2016, esses valores foram registrados na conta Credores Diversos.

8. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Compreende os recursos líquidos dos planos com finalidade exclusiva de cobrir os respectivos benefícios previdenciários. É o resultado da soma das provisões matemáticas e do equilíbrio técnico.

Em 31 de dezembro de 2017, as provisões matemáticas dos planos estão assim demonstradas (Valores expressos em R\$ mil):

CONSOLIDADO	2017	2016
Benefícios a conceder	—	—
Contribuição definida	1.486	20
Patrimônio de cobertura do plano	1.486	20

A rentabilidade líquida do plano de contribuição definida (CD) é expressada pela variação positiva da cota que é calculada considerando a movimentação de entradas e saídas de cotas do Patrimônio do Plano de Benefícios e a rentabilidade líquida dos investimentos.

Em 2017, a variação acumulada da remuneração do valor da cota do plano PrevBahia PB Civil foi de 8,32%. Não houve variação da cota em 31 de dezembro de 2016, sendo mantido o valor inicial de R\$ 1,00 conforme previsto no regulamento do Plano.

9. FUNDOS

a) Fundos Previdenciais

Constituído para dar garantias aos respectivos planos de benefícios previdenciais de possíveis desequilíbrios, e cuja constituição e reversão são efetuadas com base no regulamento do plano e em parecer atuarial. É atualizado pela rentabilidade dos seus respectivos planos.



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

Fundo de risco básico: R\$ 0,00 (R\$ 947,34 em 2016)

Fundo constituído pela contribuição de participantes e patrocinadores para repasse à seguradora contratada para a cobrir o risco básico, compreendido entre a idade de ocorrência do sinistro (morte/invalidez) e a idade para aposentadoria prevista em regulamento.

b) Fundo Administrativo

O fundo da gestão administrativa é constituído pelo ativo permanente, pela diferença positiva entre as receitas provenientes das fontes de custeio definidas no regulamento do PGA e as despesas administrativas, e atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos administrativos. Este fundo é destinado à cobertura das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios previdenciários, bem como assegurar a cobertura do ativo permanente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo do plano a Fundação utiliza o critério de constituição pelo ativo permanente. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 118.310,42 (R\$ 31.236,01 em 2016).

10. CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Devido a fase de implantação do Plano de Benefícios PREVBAHIA PB CIVIL, e o aporte inicial dos Patrocinadores a título de adiantamento das contribuições para o custeio administrativo, o Conselho Deliberativo aprovou a alíquota zero para arrecadação das receitas para cobertura de gastos administrativos durante o exercício de 2016.

As despesas administrativas foram classificadas no seu centro de custo em 100% (cem por cento) do seu valor. Não houve rateio de despesas administrativas no exercício de 2016 (fase de implantação).

Para o exercício de 2017, foi definido no regulamento do plano de gestão administrativa que as despesas administrativas seriam rateadas na proporção de 80% (oitenta por cento) para gestão previdencial e 20% (vinte por cento) para os Investimentos.



11.CRITÉRIO PARA CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

a) Fundos de Cotas

As contribuições destinadas ao custeio do PREVBÁHIA PB CIVIL serão transformadas em cotas que comporão fundos, na seguinte conformidade:

Fundo Pessoal Aposentadoria: Constituído pelas contribuições normais mensais, obrigatórias e facultativas, dos Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos e Autopatrocinados, que ficarão disponibilizadas em Contas Individuais em nome de cada Participante;

Fundo Patrocinado Aposentadoria: Constituído pelas contribuições normais mensais do Patrocinador em favor dos Participantes Ativos e Participantes Ativos Optantes, que ficarão disponibilizadas em Contas Individuais em nome de cada Participante;

Fundo Administrativo: Constituído pelas contribuições normais mensais obrigatórias dos Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos, Autopatrocinados, Optantes e dos Assistidos, e pelas contribuições normais mensais do Patrocinador referentes aos Participantes Ativos e Participantes Ativos Optantes, que ficarão disponibilizadas em uma conta única destinada ao custeio da gestão administrativa do PREVBÁHIA PB CIVIL;

Fundo Pessoal Portado: Constituído dos valores portados de outros planos de benefícios de previdência complementar em nome do Participante, sendo subdividido em entidades abertas de previdência complementar e entidades fechadas de previdência complementar;

Fundo de Risco: Constituído pelas contribuições normais mensais, obrigatórias e opcionais, devidas pelos Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos, Autopatrocinados e Assistidos, e pelas contribuições normais mensais devidas pelo Patrocinador referentes aos Participantes Ativos e Participantes Ativos Optantes, quando for o caso, fixadas no Plano Anual de Custeio, que ficarão disponibilizadas em duas subcontas, a Cobertura Básica e o Aporte Adicional, destinadas ao pagamento dos Benefícios de Risco;

Fundo Pessoal Invalidez: Constituído dos valores dotados pela seguradora, relativos às indenizações individualizadas decorrentes da Cobertura Básica de Risco e do Aporte Adicional por Invalidez, quando este for contratado pela PrevBahia por opção e em nome do Participante;



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

Fundo Pessoal Óbito: Constituído dos valores dotados pela seguradora relativos às indenizações individualizadas decorrentes da Cobertura Básica de Risco e do Aporte Adicional por Morte, quando este for contratado pela PrevBahia, por opção e em nome do Participante ou do Assistido;

Fundo Pessoal de Longevidade: Constituído pelas contribuições normais mensais opcionais fixadas no Plano Anual de Custeio, devidas pelos Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos, Autopatrocinados e Assistidos, que ficarão disponibilizadas na Conta Individual do Participante;

Fundo Patrocinado de Longevidade: Constituído pelas contribuições normais mensais do Patrocinador em favor dos Participantes Ativos e Participantes Ativos Optantes, que ficarão disponibilizadas na Conta Individual do Participante;

Fundo Coletivo: Constituído de transferências dos saldos remanescentes verificados em Contas Individuais de Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos, Autopatrocinados ou Optantes que se desvincularam do PREVBÁHIA PB CIVIL, bem como dos saldos remanescentes de Assistidos cujos benefícios vierem a se extinguir, e pela reversão do Fundo Patrocinado Aposentadoria constituído em nome dos Participantes Ativos e Participantes Ativos Optantes, que se desligaram do PREVBÁHIA PB CIVIL, resgatando as suas contribuições pessoais, de multas moratórias e de outras receitas previstas neste Regulamento;

Fundo Coletivo de Oscilações dos Benefícios de Risco: Constituído por contribuições especiais do Patrocinador, dos Participantes e dos Assistidos, no caso da Cobertura Básica de Risco, ou por contribuições especiais dos Participantes e Assistidos optantes por Benefícios de Risco - Aporte Adicional, e de outras receitas, sendo destinadas a cobrir eventuais oscilações nos custos dos Benefícios de Risco, quando recomendadas e justificadas por parecer atuarial e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PrevBahia.



Gestão Administrativa, Financeira e de Seguridade

12. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social foram:

Taxa real anual de juros	Nula
Projeção de crescimento real de salário	Não se aplica
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS	Não se aplica
Projeção de crescimento real dos benefícios do Plano	Não se aplica
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	Não se aplica
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	Não se aplica
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios do INSS)	Não se aplica
Geração futura de novos Entrados	Não se aplica
Hipótese sobre Rotatividade	Não se aplica
Tábua de Mortalidade Geral	BR - EMS ^{SB} 2015
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Não se aplica
Tábua de Entrada em Invalidez	Não se aplica
Composição de Família de Pensionistas	Situação real

13. ESTATÍSTICA ATUARIAL 2017

PARTICIPANTES ATIVOS: ESTATÍSTICAS

Estatística	Valor
Quantidade	180
Idade Média (em anos)	35,18
Tempo Médio de Plano (em meses)	8,27
Tempo Médio Elegibilidade (em meses)	273,15
Soma Remuneração Básica (R\$)	2.430.307,16
Soma Salário de Participação (R\$)	1.506.578,39
Soma Saldo da Conta Individual do Participante (R\$)	1.485.473,51
Média Remuneração Básica (R\$)	13.501,71
Média Salário de Participação (R\$)	8.369,88
Taxa de Contribuição Normal Média	7,34%
Aposentadoria Programada	6,90%
Cobertura Básica de Risco	0,44%

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial

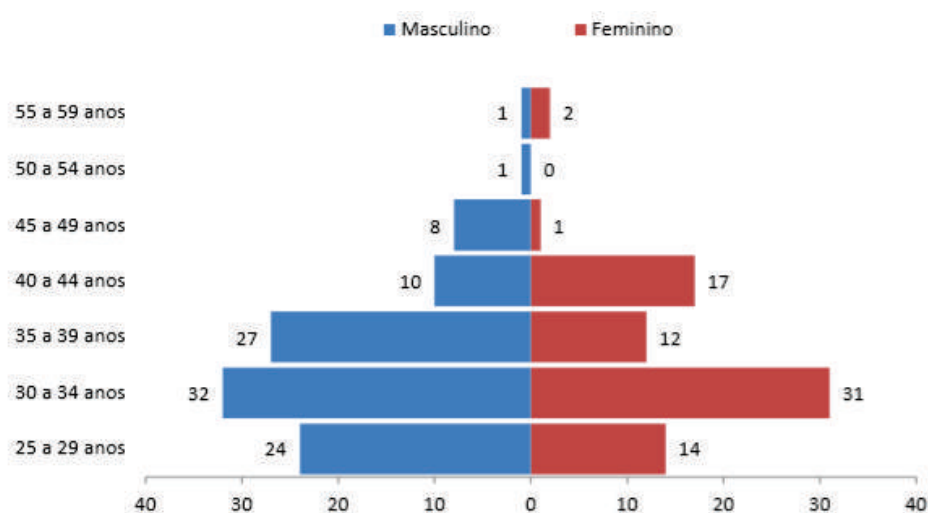


DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO

População por idade atual	Feminino	Masculino	Total
25 a 29 anos	14	24	38
30 a 34 anos	31	32	63
35 a 39 anos	12	27	39
40 a 44 anos	17	10	27
45 a 49 anos	1	8	9
50 a 54 anos	0	1	1
55 a 59 anos	2	1	3
Total	77	103	180

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial

PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE ATIVOS



Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.



DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO E REMUNERAÇÃO

Faixa de Valor	Remuneração	%	Salário de Participação	%
Menor que R\$ 1.000	-	-	39	21,67%
De R\$ 1.000 a R\$ 2.500	-	-	3	1,67%
De R\$ 2.500 a R\$ 5.000	-	-	5	2,78%
De R\$ 5.000 a R\$ 7.500	43	23,89%	52	28,89%
De R\$ 7.5000 a R\$ 10.000	5	2,78%	32	17,78%
De R\$ 10.000 a R\$ 12.500	31	17,22%	5	2,78%
De R\$ 12.500 a 15.000	51	28,33%	12	6,77%
De R\$ 15.000 a R\$ 17.500	8	4,44%	12	6,77%
De R\$ 17.500 a R\$ 20.000	6	3,33%	14	7,78%
Maior que R\$ 20.000	36	20%	6	3,33%
Total	180	100%	180	100%

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial

ADESÕES À PREVBAHIA

Ano	Adesão ao Plano	%
2017	19	10,56%
2016	161	89,44%
Total	180	100%



PARECER CONSELHO FISCAL 01/2017

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA – PREVBÁHIA, no uso das suas competências e de acordo com o disposto no inciso II do artigo 39, do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº 16.453, de 02 de dezembro de 2015, depois de ter examinado os seguintes documentos:

1. O Balanço Patrimonial – BP, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALP, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALP, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; o Demonstrativo Atuarial e o Parecer do Atuário do Plano de Benefícios, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, apresentados pela Diretoria Executiva da entidade; e
2. O parecer favorável dos Auditores Independentes, Audimec Auditores Independentes S/S, emitido em 12 de março de 2018.

Opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis, Atuariais e Financeiras, relativas ao exercício de 2017, razão pela qual encaminha o presente parecer favorável à aprovação pelo Conselho Deliberativo da PREVBÁHIA.

Salvador, 14 de março de 2018.

DAVID SANTOS CRUZ CARVALHO

Presidente do Conselho Fiscal

CLÁUDIO PALMA DE MELLO

Conselheiro Fiscal

CLAUDIO PIANSKY MASCARENHAS GUTTEMBERG DA COSTA

Conselheiro Fiscal

FREDERICO WELLINGTON SILVEIRA SOARES

Conselheiro Fiscal



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

EXTRATO DA ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DA BAHIA – PREVBÁHIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO 2018

DATA, HORA E LOCAL: 19 de Março de 2018, às 9h, na sala de reunião dos Conselhos da Fundação de Previdência Complementar do Estado da Bahia - PrevBahia, Salvador – Bahia.

CONSELHEIROS PRESENTES: Andreia Brito Ribeiro de Cerqueira, Waldeck Brandão Uzêda e Silva, Janaína Bittencourt Faneca Mascarenhas, Danielle Thomaz Ferreira Cintra, Mariana Barbosa Rache de Almeida e Paulo Emanuel Pimenta dos Santos.

ORDEM DO DIA: 1) DELIBERAÇÃO: Análise e aprovação das demonstrações financeiras e atuariais, com base nos pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal;

1) DELIBERAÇÃO

1.1) Demonstrações Financeiras Exercício 2017 – O Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado da Bahia - PrevBahia, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 29, inciso XX do Estatuto Social e em cumprimento às disposições legais, e com base no Parecer do Conselho Fiscal, de 14 de março de 2018, o qual opinou favoravelmente, resolve aprovar as demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios anuais e as contas da Diretoria Executiva relativas a todo exercício social de 2017.

Rodrigo Pimentel de Souza Lima

Presidente do Conselho Deliberativo

Andreia Brito Ribeiro de Cerqueira

Conselheira Deliberativa

Waldeck Brandão Uzêda e Silva

Conselheiro Deliberativo



Pareceres

Janaina Bittencourt Faneca Mascarenhas

Conselheira Deliberativa - Titular

Danielle Thomaz Ferreira Cintra

Conselheira Deliberativa - Titular

Mariana Barbosa Rache de Almeida

Conselheira Deliberativa - Suplente

Paulo Emanuel Pimenta dos Santos

Conselheiro Deliberativo - Titular



Parecer Atuarial da Avaliação - 2017

Plano PREVBAHIA PB CIVIL [2016.0008-56]

Parecer Atuarial da Avaliação do encerramento do exercício de 2017 do Plano PREVBAHIA PB CIVIL, administrado pela Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado da Bahia - PREVBAHIA

Março de 2018

Av. Santos Dumont, 1789 sl. 513 Ed. Potenza
Aldeota – 60150-160 – Fortaleza - CE
vesting@vesting.com.br
www.vesting.com.br



Pareceres



SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. CARACTERÍSTICAS DE MODALIDADE DOS BENEFÍCIOS E DOS PLANOS	3
3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO	4
4. CADASTRO E PERFIL	5
5. HIPÓTESES ATUARIAIS	8
6. DURATION DO PLANO	10
7. PLANO DE CUSTEIO	10
7.1. Custeio sobre a Contribuição Básica do Participante, Contribuição do Patrocinador e Contribuição Facultativa	11
8. RESULTADO DO PLANO	11
8.1. Provisões Matemáticas	11
8.2. Resultado do Exercício	12
9. Principais riscos atuariais	12
10. Conclusão	12
Anexo A: Taxas dos seguros de invalidez e morte para Participantes Ativos Patrocinados (valores por R\$ 100.000)	14



Pareceres



1. OBJETIVO

Este parecer atuarial tem por objetivo descrever os resultados obtidos na Avaliação Atuarial do encerramento do exercício de 2017 do Plano PREVBÁHIA PB CIVIL, administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado do Bahia – PREVBÁHIA e apresentar nossas considerações sobre a variação dos resultados anteriores, estatísticas da massa de participantes e assistidos, hipóteses atuariais, regimes e métodos de financiamento, descrição dos benefícios oferecidos, custo e plano de custeio, entre outros. O Plano PREVBÁHIA PB CIVIL foi aprovado em 29/07/2016 e teve suas operações iniciadas na mesma data.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC de nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 12, de 13 de outubro de 2014, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das Demonstrações Atuariais.

2. CARACTERÍSTICAS DE MODALIDADE DOS BENEFÍCIOS E DOS PLANOS

As características dos benefícios oferecidos pelo Plano PREVBÁHIA PB CIVIL, todos estruturados na modalidade de Contribuição Definida, estão detalhadas no Quadro 1, destacando-se a fundamentação regulamentar, o nível básico dos benefícios e a elegibilidade ao benefício.

Quadro 1 – Características dos Benefícios (1/2)

Benefícios	Fund. Reg.	Nível Básico do Benefício	Elegibilidade
Aposentadoria Programada	Art. 36 e 37	Renda mensal correspondente a um número de cotas determinado em função da quantidade de cotas acumuladas na Conta Individual do Participante, desconsiderando-se os saldos dos Fundos Pessoal de Longevidade e Patrocinado de Longevidade, conforme metodologia de cálculo determinada nos arts. 60 e 64 do Regulamento.	I – estar em gozo de benefício de aposentadoria concedido pelo RPPS/BA, ressalvados os casos dos Autopatrocinados e Optantes; e II – possuir, no mínimo, 60 contribuições mensais ao Plano.
Aposentadoria por Invalidez	Art. 38 a 44		Concedido ao Participante que o requerer, desde que atestada sua invalidez por corpo clínico indicado pela PREVBÁHIA. No caso de Participante Autopatrocinado ficará condicionada à sua concessão pelo RGPS, caso ele não pertença a quadro de servidores públicos, ou pelo regime de previdência a que estiver vinculado. Se o Autopatrocinado não for vinculado a regime de previdência, a concessão do Benefício de Aposentadoria por Invalidez ficará condicionada à declaração de sua invalidez por corpo clínico indicado pela PREVBÁHIA.
Pensão por Morte	Art. 45 a 51		Beneficiários do Participante ou Assistido falecido que requerer, atendidos os requisitos legais exigidos.



Pareceres



Quadro 1 – Características dos Benefícios(2/2)

Benefícios	Fund. Reg.	Nível Básico do Benefício	Elegibilidade
Pecúlio por Morte	Art. 52 e 53	Parcela única, de até 10% do saldo da Conta Individual constituída em nome do Participante, na data da concessão do benefício, incluindo o valor contratado com a seguradora a título de Aporte Adicional por Morte, se for o caso, e de Cobertura Básica de Risco.	Ocorrendo óbito do Participante ou do Assistido, seus Beneficiários poderão optar pelo Benefício de Pecúlio por Morte.
Benefício de Longevidade	Art. 54 e 55	Renda mensal correspondente a um número de cotas, determinado em função da quantidade de cotas acumuladas nos Fundos Pessoal e Patrocinado de Longevidade e o saldo de cotas existente na Conta Individual do Participante, na data da sua concessão, conforme metodologia de cálculo determinada nos arts. 60 e 64 do Regulamento.	Assistido requerer e ter sobrevivido ao período equivalente à expectativa de vida estimada pela Tábua de Mortalidade prevista na Nota Técnica Atuarial do PREVBÁHIA PB CIVIL, quando remanescer saldo no Fundo Pessoal de Longevidade e no Fundo Patrocinado de Longevidade.

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial a partir do Regulamento do Plano PREVBÁHIA PB CIVIL.

De acordo com a Resolução CGPC 16/2005, o Plano PREVBÁHIA PB CIVIL é classificado como plano de Contribuição Definida, uma vez que todos os benefícios do plano são estruturados na modalidade de Contribuição Definida, conforme mostrado no Quadro 2, tendo seus valores permanentemente ajustados ao saldo de conta mantida em favor do participante assistido, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido desua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Quadro 2 – Modalidade dos Benefícios do Plano

Benefícios	Tipo do Benefício	Modalidade do Benefício
Aposentadoria Programada Pensão por Morte de Aposentadoria Programada Pecúlio por Morte de Aposentadoria Programada	Programado	Contribuição Definida
Aposentadoria por Invalidez Pensão por Morte de Ativo e de Aposentado por Invalidez Pecúlio por Morte e de Aposentado por Invalidez Benefício de Longevidade	Não programado	

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial a partir do Regulamento do Plano PREVBÁHIA PB CIVIL.

3. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

A escolha do regime financeiro retrata a forma de financiamento utilizada para honrar os compromissos assumidos com o plano de benefícios. Cada benefício do plano deve possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No Plano PREVBÁHIA PB CIVIL, são adotados os regimes financeiros de Capitalização e de Capital de Cobertura para o financiamento de seus benefícios.

O regime financeiro retrata a forma de financiamento utilizada para honrar os compromissos assumidos com o plano de benefícios. Cada benefício do plano deve possuir um regime financeiro específico que seja mais adequado às características de riscos associados. No Plano PREVBÁHIA PB CIVIL, são adotados os regimes financeiros de capitalização e de repartição de capital de cobertura para o financiamento de seus benefícios.



Pareceres



Para o custeio dos benefícios programados e de longevidade, é adotado o regime financeiro de capitalização e, para os demais benefícios não programados, o regime de capital de cobertura com transferência do risco para seguradora. Destaque-se que parcela de alguns benefícios não programados é custeada pelo saldo da Conta Individual do participante, financiado pelo método de Capitalização Individual.

O regime de capital de cobertura caracteriza-se por constituir provisões somente na concessão dos benefícios. No PREVBÁHIA PB CIVIL, a cobertura da parcela dos benefícios não programados sob esse regime é realizada a partir da transferência de recursos do valor recebido da seguradora para a Conta Individual do Participante na ocasião da concessão do benefício não programado.

O regime financeiro de capitalização caracteriza-se por distribuir o custeio durante o período da vida ativa do participante e, no caso do PREVBÁHIA PB CIVIL, de forma individual ou coletiva de acordo com o benefício, induzindo ao financiamento gradual dos benefícios futuros. Nesse regime de capitalização, a forma de distribuição, no tempo, do custo dos benefícios futuros, é determinada pelos métodos de financiamento.

No Quadro 3, são apresentados os regimes financeiros de todos os benefícios do plano e os métodos de financiamento utilizados na alocação dos custos anuais.

Quadro 3 – Regimes Financeiros e Método de Financiamento dos Benefícios do Plano

Benefícios	Regime Financeiro	Método de Financiamento
Aposentadoria Programada Pensão por Morte de Aposentadoria Programada Pecúlio por Morte de Aposentadoria Programada Benefício de Longevidade	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez Pensão por Morte de Ativo e de Aposentado por Invalidez Pecúlio por Morte e de Aposentado por Invalidez	Repartição de Capital de Cobertura (*)	-

Nota: (*) Parte do benefício é custeada pelo saldo da Conta Individual do Participante, financiado pelo regime financeiro de Capitalização.

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios do Plano PREVBÁHIA PB CIVIL estão de acordo com as normas em vigor e adequados às características do plano de benefícios.

4. CADASTRO E PERFIL

A posição da base cadastral utilizada nesta avaliação é a de 31.12.2017, e o cadastro possui 180 registros de participantes ativos vinculados (há ainda 6 ativos vinculados com salário de participação nulo). Há ainda 7 ativos na situação “Cancelamento aguardando instituto”, 13 ativos na situação “Cancelado Adesão Automática”.

No Quadro 3, a seguir, são mostrados estatísticas desse grupo (somadas e médias) das remunerações básicas, salários de participação, saldos da individual, idades, tempo de plano e tempo para elegibilidade.



Pareceres



Quadro 3 – Participantes ativos: estatísticas

Estatística	Valor
Quantidade	180
Idade Média (em anos)	35,18
Tempo Médio de Plano (em meses)	8,27
Tempo Médio Elegibilidade (em meses)	273,15
Soma Remuneração Básica (R\$)	2.430.307,16
Soma Salário de Participação (R\$)	1.506.578,39
Soma Saldo da Conta Individual do Participante (R\$)	1.485.473,51
Média Remuneração Básica (R\$)	13.501,71
Média Salário de Participação (R\$)	8.369,88
Taxa de contribuição Normal Média	7,34%
Aposentadoria Programada	6,90%
Cobertura básica de Risco	0,44%

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.

A folha anual de Salário de Participação projetada para 2018 desses participantes, sem considerar novas adesões, totaliza R\$ 1.506.578,39. Os participantes têm em média 35,18 anos e o tempo médio para a aposentadoria é de 273,15 meses, enquanto que a quantidade média de contribuição dos participantes é de 8,3 contribuições.

Foram realizadas críticas de integridade dos seguintes dados: sexo; data de posse; data de adesão; data de nascimento; Salário de Participação; Remuneração Básica; Saldo da Conta Individual e Saldo da Conta de Portabilidade. Neste teste, nenhuma inconsistência foi encontrada.

Pelo exposto, a base de dados cadastral utilizada nesta avaliação atuarial do Plano PREVBAHIA PB CIVIL é de excelente qualidade e adequada para a realização dos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial, plano de custeio e situação atuarial do plano de benefícios. A seguir algumas estatísticas mais detalhada da base de dados em estudo.

O Quadro 4 e o Gráfico 1, trazem a distribuição da população de participantes vinculados por sexo e faixa etária, onde fica evidenciado a maior concentração da população entre as idades de 30 a 39 anos, e que o sexo masculino corresponde a mais de 57% da população total.

Quadro 4 - Distribuição da população por faixa etária e sexo

População por Idade atual	Feminino	Masculino	Total
25 a 29 anos	14	24	38
30 a 34 anos	31	32	63
35 a 39 anos	12	27	39
40 a 44 anos	17	10	27
45 a 49 anos	1	8	9
50 a 54 anos	0	1	1
55 a 59 anos	2	1	3
Total	77	103	180

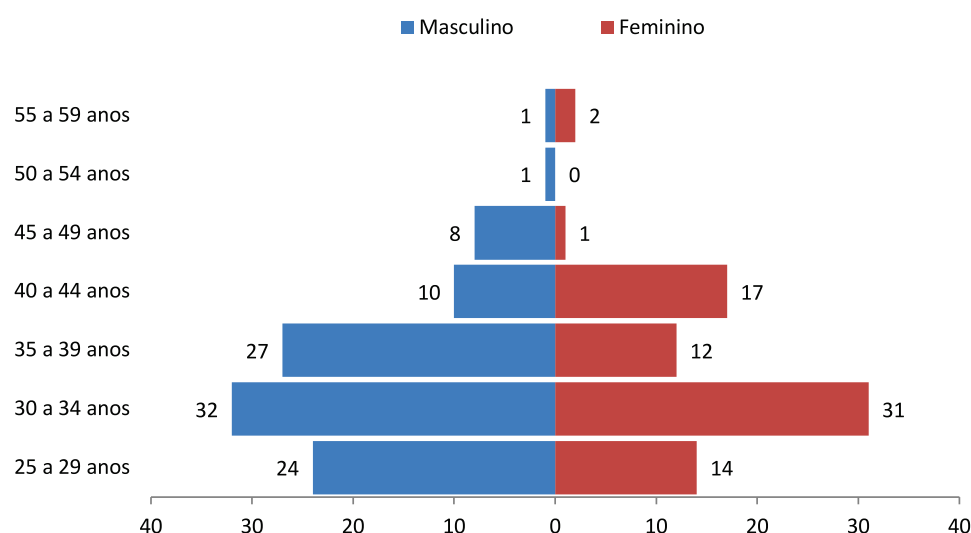
Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.



Pareceres



Gráfico 1 – Pirâmide Etária da população de ativos



Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.

O Quadro 5 ainda nos traz informações a respeito da Remuneração e do Salário de Participação.

Quadro 5 – Distribuição da população por faixa de salário de participação e remuneração

Faixa de Valor	Remuneração	%	Salário de Participação	%
Menor que R\$ 1.000,00	-	-	39	21,67%
De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.500,00	-	-	3	1,67%
De R\$ 2.500,00 a R\$ 5.000,00	-	-	5	2,78%
De R\$ 5.000,00 a R\$ 7.500,00	43	23,89%	52	28,89%
De R\$ 7.500,00 a R\$ 10.000,00	5	2,78%	32	17,78%
De R\$ 10.000,00 a R\$ 12.500,00	31	17,22%	5	2,78%
De R\$ 12.500,00 a R\$ 15.000,00	51	28,33%	12	6,67%
De R\$ 15.000,00 a R\$ 17.500,00	8	4,44%	12	6,67%
De R\$ 17.500,00 a R\$ 20.000,00	6	3,33%	14	7,78%
Maior que R\$ 20.000,00	36	20,00%	6	3,33%
Total	180	100,00%	180	100,00%

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.

Por fim, temos a evolução no número de adesões àPREVBAHIA desde 2016, onde podemos observar que o último ano representa quase 90% das adesões ao plano.



Pareceres



Quadro 6 – Adesões à PREVBÁHIA

Ano	Adesão ao Plano	%
2016	19	10,56%
2017	161	89,44%
Total	180	100,00%

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.

5. HIPÓTESES ATUARIAIS

Nessa seção serão apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação. Destaque-se que as hipóteses foram escolhidas com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e estão fundamentadas em Estudo de Aderência específico

O PREVBÁHIA PB CIVIL é um novo plano, com apenas 17 meses de implantação, com massa real de participantes ainda não conhecida. As premissas adotadas, descritas adiante no Quadro 7, foram escolhidas na implantação do plano com base na boa prática atuarial e respeitando a legislação vigente sobre o tema e aderência dessas hipóteses.

Conforme estabelece o art. 2º da Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, a comprovação, por meio de estudo técnico, da adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos é exigida para os planos que possuam obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido. Dessa forma, o plano sob comento não está obrigado a elaborar estudo de adequação das hipóteses atuariais.

Em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2016, foram mantidas as demais hipóteses atuariais

Tendo em vista as características do Plano, apenas as hipóteses de tabela de mortalidade geral e de taxa de juros, ambas utilizadas na concessão dos benefícios do plano e o Índice do Plano, são adotadas na avaliação atuarial do plano.

Quadro 7 – Hipóteses Atuariais

Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	
Os benefícios do plano são reajustados, conforme estabelecido no Regulamento do Plano, pela variação da cota patrimonial de acordo com a opção de recebimento do participante.	
VALOR COTAS DO PATRIMÔNIO	
QUANTIDADE ESPERADA NO EXERCÍCIO SEGUINTE -	QUANTIDADE OCORRIDA NO EXERCÍCIO ENCERRADO -
COMENTÁRIO SOBRE DIVERGÊNCIA ENTRE ESPERADO E OCORRIDO Não se aplica.	
OBSERVAÇÃO: Conforme estabelecido no regulamento do Plano.	



Pareceres



Quadro 7 – Hipóteses Atuariais (cont.)

Taxa Real Anual de Juros	
A taxa real anual de juros traduz a expectativa de rentabilidade dos portfólios de investimentos, numa perspectiva de longo prazo, deduzidas as despesas com a administração de investimentos e as atualizações monetárias de natureza inflacionária do período. Para essa hipótese, é normal uma alta volatilidade em determinados períodos, devido às flutuações da economia e do mercado. Contudo, o seu valor deve estar consistente ao rendimento médio esperado dos investimentos do plano no longo prazo. No PREVBÁHIA PB CIVIL essa hipótese é utilizada para a conversão do benefício de renda na data da concessão. Ressalte-se que o PREVBÁHIA PB CIVIL não está sujeito a risco de mercado.	
VALOR 4,50%	
QUANTIDADE ESPERADA NO EXERCÍCIO SEGUINTE 4,50%	QUANTIDADE OCORRIDA NO EXERCÍCIO ENCERRADO 5,22%
COMENTÁRIO SOBRE DIVERGÊNCIA ENTRE ESPERADO E OCORRIDO Em 2017, a rentabilidade real do patrimônio do PREVBÁHIA PB CIVIL em relação à variação do IPCA foi de 5,22%, 0,72 p.p. acima da rentabilidade esperada de 4,50%.	
OBSERVAÇÃO: A hipótese para o próximo exercício também está dentro do intervalo compreendido entre 4,38% e 6,66% conforme disposto na Resolução MPS/CNPC nº 15/2014 e na Portaria MPS/PREVIC/DIACE nº 375, de 17.04.2017. A taxa de juros parâmetro de 6,26% foi calculada a partir da duração (<i>duration</i>) do passivo do plano de 10 anos, adotada em planos que não possuem obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido.	

Tábua de Mortalidade Geral	
A hipótese biométrica de mortalidade geral é adotada no Plano PREVBÁHIA PB CIVIL para estimar a expectativa de sobrevivência dos participantes na data de aposentadoria, utilizada para a conversão do benefício de renda na data da concessão.	
VALOR (*) BR-EMS sb. 2015 segmentada por sexo.	
QUANTIDADE ESPERADA NO EXERCÍCIO SEGUINTE -	QUANTIDADE OCORRIDA NO EXERCÍCIO ENCERRADO -
COMENTÁRIO SOBRE DIVERGÊNCIA ENTRE ESPERADO E OCORRIDO Não se aplica.	
OBSERVAÇÃO: Não há benefício concedido no plano de benefícios.	

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial.

Nota:

Hipóteses atuariais não utilizadas nesta demonstração:

- ☐ Fator de Determinação do Valor Real Longo do Tempo Ben INSS
- ☐ Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Salários
- ☐ Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade
- ☐ Hipótese de Entrada em Aposentadoria
- ☐ Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas
- ☐ Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados
- ☐ Hipótese sobre Rotatividade (Percentual)
- ☐ Projeção de Crescimento Real de Salário
- ☐ Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS
- ☐ Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano
- ☐ Tábua de Entrada em Invalidez
- ☐ Tábua de Morbidez
- ☐ Tábua de Mortalidade de Inválidos
- ☐ Tábua de Mortalidade Geral



Pareceres



6. DURATION DO PLANO

Por se tratar de um plano de Contribuição Definida sem obrigações registradas em provisão matemáticas de benefício definido a duração do passivo do PREVBÁHIA PB CIVIL é arbitrada em 120 meses.

7. PLANO DE CUSTEIO

O Regulamento do PREVBÁHIA PB CIVIL determina que os Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos e Autopatrocinados escolham a alíquota de Contribuição Normal, incidente sobre o respectivo Salário de Participação, observado o limite mínimo fixado neste Plano de Custeio.

Durante a vigência deste Plano de Custeio, a alíquota da Contribuição Normal do Participante será de no mínimo de 1,0% com incremento de 0,5% neste intervalo. As contribuições normais obrigatórias são destinadas ao custeio dos benefícios programados, da Cobertura Básica de Risco e das Despesas Administrativas.

A Contribuição Normal Facultativa, destinada à Aposentadoria Programada, aportada pelo Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos e Autopatrocinados, de caráter esporádico, incidente sobre o respectivo Salário de Participação, sem contrapartida do Patrocinador, é de no mínimo 1,0% e não inferior ao valor mínimo de 1 (uma) UMP.

A Contribuições Normal Opcional, destinada a custear o Aporte Adicional por Invalidez e o Aporte Adicional por Morte e constituir o Fundo Pessoal de Longevidade, dos Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos, Autopatrocinados e Assistidos, apuradas pela aplicação de percentual sobre os respectivos Salários de Participação, sobre os respectivos benefícios, conforme o caso, ou fixadas em reais, sem contrapartida do Patrocinador.

A contribuição total do Patrocinador, conforme definido no Regulamento do plano, de caráter obrigatório, correspondente a 100% da Contribuição dos Participantes Ativos e Participantes Ativos Optantes até o limite de 8,5% máximo definido no artigo 26 da Lei Estadual nº 13.222, de 12 de janeiro de 2015 para o Patrocinador.

Ressalte-se que a seguradora Icatu é contratada pela PREVBÁHIA para a cobertura total dos benefícios não programados do plano. Os valores de responsabilidade do Fundo de Risco, em caso de invalidez e morte dos participantes, são calculados, em conformidade com o regulamento do plano, pela PREVBÁHIA PB CIVIL e informados para a sociedade seguradora contratada, que assumirá a cobertura integral desses eventos. Em contrapartida, a entidade pagará os prêmios que são definidos em contrato por idade e por tipo de evento para cada R\$ 100 mil de capital segurado, conforme mostrado no Anexo A desta demonstração.

Este plano de custeio terá início de vigência em 01.04.2018.



7.1. Custeio sobre a Contribuição Básica do Participante, Contribuição do Patrocinador e Contribuição Facultativa

No Quadro 8 é apresentado a distribuição do custeio estimado para o próximo exercício referente à Contribuição Normal dos Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos e Autopatrocinados. O custeio foi estimado com base nas contribuições dos participantes em 31/12/2017 e não considera a entrada de novos participantes.

A taxa de carregamento administrativo para o próximo exercício é de 7%, sendo que as Despesas Administrativas que excederem o custeio serão suportadas inicialmente pelos Patrocinadores, todavia, serão compensados futuramente.

Quadro 8 – Custeio estimado sobre a Contribuição Normal do Participantes Ativos, Participantes Ativos Optantes, Participantes Ativos Anteriores, Participantes Ativos Facultativos e Autopatrocinados, sobre a Contribuição Normal do Patrocinador

Rubrica	Custeio	Proporção
Fundo de Risco	0,83%	5,99%
Fundo Administrativo	0,97%	7,00%
Conta de Contribuição Individual	12,00%	87,01%
Total	13,80%	100,00%

Fonte: elaboração própria

Para os demais participantes, o custeio e seus limites estão definidos no Regulamento do Plano em seu artigo 20.

8. RESULTADO DO PLANO

8.1. Provisões Matemáticas

Conforme pode ser observado no Quadro 9, as provisões matemáticas do Plano PREVBÁHIA PB CIVIL totalizam R\$ 1.485.473,51, todas relativas a benefícios a conceder. Em relação ao encerramento do exercício de 2016, as provisões cresceram 7.317,52% em 2017 e, descontada a variação do IPCA do período de 2,95%, o crescimento real das provisões matemáticas foi de 7.104,97%.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano PREVBÁHIA PB CIVIL são da modalidade de contribuição definida e são mensuradas pelo somatório dos saldos das contas individuais dos participantes ativos do plano. O crescimento ocorreu, principalmente, em função das adesões e contribuições aportadas por participantes e patrocinadores em 2017 e da rentabilidade da cota de 8,32% no período. Destaque-se que, no encerramento do exercício de 2016 o plano contava apenas com pouco mais de cinco meses de funcionamento.



Pareceres



Quadro 9 – Provisões Matemáticas do Plano PREVBAHIA PB CIVIL

Rubrica Contábil	31.12.2016	31.12.2017	Variação Nominal	Variação Real
Provisões Matemáticas	20.026,55	1.485.473,51	7.317,52%	7.104,97%
Benefícios a Conceder	20.026,55	1.485.473,51	7.317,52%	7.104,97%
Contribuição Definida	20.026,55	1.485.473,51	7.317,52%	7.104,97%
Saldo de contas – parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	8.473,49	602.390,44	7.009,12%	6.805,41%
Saldo de contas – parcela participantes	11.553,06	883.083,07	7.543,72%	7.324,69%

Obs.: (1) Valores em R\$ 1,00.

(2) Valorização real em relação à variação do IPCA de 2,95% ocorrida em 2017.

(3) No Anexo D desta avaliação constam as Provisões Matemáticas do Plano PREVBAHIA PB CIVIL em R\$.

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial / PREVBAHIA.

8.2. Resultado do Exercício

O Quadro 10 demonstra o resultado atuarial equilibrado do PREVBAHIA PB CIVIL.

Quadro 10 – Resultado do Plano em 2016 e 2017

Rubrica Contábil	2016	2017	Variação Nominal	Variação Real
(+) Patrimônio de Cobertura do Plano	20.026,55	1.485.473,51	7.317,52%	7.104,97%
(-) Provisões Matemáticas	20.026,55	1.485.473,51	7.317,52%	7.104,97%
Benefícios a Conceder	20.026,55	1.485.473,51	7.009,12%	6.805,41%
(=) Resultado no Exercício	-	-	-	-
(=) Resultado Acumulado (Reserva de Contingência)	-	-	-	-

Obs.: (1) Valores em R\$ 1,00

(2) Valorização real em relação à variação do IPCA de 2,95% ocorrida em 2017.

Fonte: Vesting Consultoria Financeira e Atuarial / PREVBAHIA.

9. Principais riscos atuariais

Os benefícios do plano são pagos integralmente a partir de contas de natureza individual e, por isso, apresentam proteção integral contra o surgimento de desequilíbrios atuariais. A cobertura do Fundo de Risco é integralmente transferida para a Seguradora catu.

Dessa forma, do ponto de vista atuarial, o Plano PREVBAHIA PB CIVIL não está exposto a riscos atuariais.

10. Conclusão

A apuração dos valores das obrigações previdenciais do plano e de seu custeio foi realizada com base em regime financeiro, métodos de financiamento e hipóteses atuariais adequados às características do plano de benefícios, nas formulações contidas na Nota Técnica Atuarial do Plano e de acordo com as normas em vigor e melhores práticas atuariais, tendo sido utilizados dados cadastrais de participantes consistentes.



Pareceres

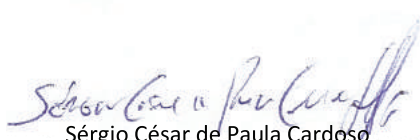


Em nossa opinião, as Provisões Matemáticas do Plano, na posição de 31.12.2017, de R\$ 1.485.473,51, retratam adequadamente as obrigações previdenciais do Plano PREVBÁHIA PB CIVIL.

Pelo exposto, concluímos que a situação atuarial do plano de benefícios está equilibrada em termos atuariais, tendo apresentado um patrimônio de cobertura do plano suficiente para financiar as provisões matemáticas.

É este o nosso parecer.

Fortaleza, 9 de março de 2018.


Sérgio César de Paula Cardoso
Atuário - MIBA N° 2.285



Pareceres



Anexo A: Taxas dos seguros de invalidez e morte para Participantes Ativos Patrocinados (valores por R\$ 100.000)

Faixa Etária	Morte	Invalidez
14 a 35 anos	1,1802	0,7649
36 a 40 anos	1,6727	0,9502
41 a 45 anos	2,8318	1,2612
46 a 50 anos	5,0195	1,8794
51 a 55 anos	7,8048	3,0833
56 a 60 anos	10,9459	5,4104
61 a 65 anos	15,9610	9,8843
Acima de 65 anos	23,5991	16,2774

Fonte: PrevBahia.



Pareceres



RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2017

Aos

Participantes, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - PREVBAHIA

Av. Antônio Carlos Magalhães nº 3244 – Empresarial Thomé de Souza – sala 817 - CEP.: 41.800-700

Caminhos das Árvores – Salvador/BA - Telefone: (5571) 30341605

CNPJ(MF) 24.776.712/0001-65 www.prevbahia.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - PREVBAHIA**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, das Mutações do Ativo Líquido, e do Plano de Gestão Administrativa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA - PREVBAHIA**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e gestão administrativa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adota das no Brasil, notadamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (NBC TE 11), e demais diplomas legais do arcabouço normativo aplicável ao Regime de Previdência Complementar – RPC regulado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **PREVBAHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **PREVBAHIA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **PREVBAHIA** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Pareceres



- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **PREVBAHIA**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **PREVBAHIA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

5 Outros Assuntos

5.1 Outras Informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório de auditoria.

5.2.1 Relatório da Administração

A administração da **PREVBAHIA** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.



Pareceres



Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Salvador/BA, 12 de março de 2018



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O-5 "S" BA

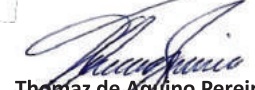
Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" BA

Sócio Sênior – CNAI 1593


Philippe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" BA
CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" BA
CNAI 4850



Fundação de Previdência Complementar
do Estado da Bahia

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

EXTRATO DA ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO
DA BAHIA – PREVBÁHIA REALIZADA EM 19 DE MARÇO 2018

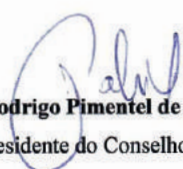
DATA, HORA E LOCAL: 19 de março de 2018, às 9h, na sala de reunião dos Conselhos da
Fundação de Previdência Complementar do Estado da Bahia – PrevBahia, em Salvador-Bahia

CONSELHEIROS PRESENTES: Andreia Brito Ribeiro de Cerqueira, Waldeck Brandão
Uzeda e Silva, Janaina Bittencourt Faneca Mascarenhas, Danielle Thomaz Ferreira Cintra,
Mariana Barbosa Rache de Almeida e Paulo Emanuel Pimenta dos Santos.

ORDEM DO DIA: 1) DELIBERAÇÃO: Análise e aprovação das demonstrações financeiras e
atuariais, com base nos pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal;

1) DELIBERAÇÃO

1) Demonstrações Financeiras Exercício 2017 – O Conselho Deliberativo da Fundação de
Previdência Complementar do Estado da Bahia – PrevBahia, no uso de suas atribuições e nos
termos do art. 29, inciso XX do Estatuto Social e em cumprimento às disposições legais, e com
base no Parecer do Conselho Fiscal, de 14 de março de 2018, o qual opinou favoravelmente,
resolve aprovar as demonstrações contábeis, atuariais, financeiras e de benefícios anuais e as
contas da Diretoria Executiva relativas a todo exercício social de 2017.


Rodrigo Pimentel de Souza Lima
Presidente do Conselho Deliberativo





Fundação de Previdência Complementar
dos Servidores Públicos do Estado da Bahia

PARECER CONSELHO FISCAL 01/2018

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA – PREVBAHIA, no uso das suas competências e de acordo com o disposto no inciso II do artigo 39, do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº 16.453, de 02 de dezembro de 2015, depois de ter examinado os seguintes documentos:

1. O Balanço Patrimonial – BP, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstr o da Muta o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALP, Demonstr o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALP, Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas  s Demonstr es Contábeis; o Demonstrativo Atuarial e o Parecer do Atuário do Plano de Benefícios, referentes ao exercício findo em 31/12/2017, apresentados pela Diretoria Executiva da entidade; e
2. O parecer favorável dos Auditores Independentes, Audimec Auditores Independentes S/S, emitido em 12 de março de 2018.

Opina favoravelmente   aprova o das Demonstr es Contábeis, Atuariais e Financeiras, relativas ao exercício de 2017, razão pela qual encaminha o presente parecer para aprecia o do Conselho Deliberativo da PREVBAHIA.

Salvador, 14 de março de 2018.

DAVID SANTOS CRUZ CARVALHO

Presidente do Conselho Fiscal

CLAUDIO PALMA DE MELO

Conselheiro Fiscal

CLAUDIO PIANSKY MASCARENHAS GUTTEMBERG DA COSTA

Conselheiro Fiscal

FREDERICO WELLINGTON SILVEIRA SOARES

Conselheiro Fiscal



Anexos



Fundação de Previdência Complementar
do Estado da Bahia

Andreia Brito Ribeiro de Cerqueira

Andreia Brito Ribeiro de Cerqueira

Conselheira Deliberativa - Titular

Waldeck Brandão Uzeda e Silva

Waldeck Brandão Uzeda e Silva

Conselheiro Deliberativo - Titular

Janaina Bittencourt Faneca Mascarenhas

Janaina Bittencourt Faneca Mascarenhas

Conselheira Deliberativa - Titular

Danielle Thomaz Ferreira Cintra

Danielle Thomaz Ferreira Cintra

Conselheira Deliberativa - Titular

Mariana Barbosa Rache de Almeida

Mariana Barbosa Rache de Almeida

Conselheira Deliberativa - Suplente

Paulo Emanuel Pimenta dos Santos

Paulo Emanuel Pimenta dos Santos

Conselheiro Deliberativo - Titular

CONTATOS PREVBAHIA



faleconosco@prevbahia.ba.gov.br
www.prevbahia.com.br



(71) 3034 - 1605 | (71) 3035 - 1605



Funcionamento: Segunda à Sexta
8h às 12h | 13h30 às 17h30



Rua Soldado Luís Gonzaga das Virgens, nº 111
Caminho das Árvores - Salvador
Edifício Liz Corporate | Sala 1802